



PREFEITURA DE
CONCEIÇÃO DO CASTELO

Estado do Espírito Santo

Conceição do Castelo – ES, 10 de dezembro de 2025.

OF. GAB/PMCC nº. 503/2025

Ao Excelentíssimo Senhor:
HUMBERTO ANTONIO DA ROCHA
Presidente da Câmara de Vereadores de Conceição do Castelo - ES

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei Complementar para apreciação e aprovação.

Exmº. Srº. Presidente,

Vimos por meio deste, ENCAMINHAR a Vossa Excelência o Projeto de Lei, conforme detalhamento abaixo, para apreciação e aprovação:

PROJETO DE LEI Nº. 149/2025: INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO – ES, 10 (DEZ) VAGAS DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO A SEREM LOTADAS NOS SETORES TÉCNICOS DA PREFEITURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sem mais para o momento,

Assinado digitalmente por VALBER DE VARGAS FERREIRA
DN: cn=VALBER DE VARGAS FERREIRA, o=PMCC, ou=Conceição do Castelo, email=certificadomvncnt@hotmail.com, c=ICP-Brasil, ou=providencia, email=certificadomvncnt@hotmail.com
Data: 2025.12.10 10:42:27 -03'00'

VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito de Conceição do Castelo/ES



Autenticar documento em <https://cmcc.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310031003500370031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. José Grilo – nº 152 – Centro - Cep 29.370-000

Telefone: 028-3547-1310 e 3547-1201

Conceição do Castelo-ES, 09 de dezembro de 2025

Ofício/Gab. Sérgio Paulo N° 029/2025

Ao: Excelentíssimo Prefeito Municipal
Valber de Vargas Ferreira

Dos: Vereadores da Câmara Municipal de Conceição do Castelo–ES

Ver. Andréia de Andrade Dalbó;
Ver. Francisco Saulo Belisário;
Ver. Maycon Gleidson Silva da Cruz;
Ver. Saulo Mareto e
Ver. Sérgio Paulo Batista de Souza

Assunto: Sugestão de reencaminhando para esta Casa de Leis do Projeto de Lei nº 016/2025 – Lei Ordinária n.º 2.817/2025.

A solicitação para que o Projeto de Lei nº 016/2025 seja reenviado a esta Casa de Leis se justifica pela relevância do tema tratado e pela necessidade de regulamentação específica acerca do regime de estágio para estudantes de ensino médio, técnico, superior e pós-graduação no âmbito do município de Conceição do Castelo, bem como revogar a legislação municipal atualmente vigente que trata da matéria, a fim de atualizá-la e adequá-la às normas federais e às necessidades contemporâneas da administração pública municipal.

Sugiro o reencaminhamento do projeto diante da importância do Poder Legislativo analisar e deliberar sobre normas que impactam diretamente a política do estágio aos estudantes do ensino médio, técnico, superior e de pós-graduação. Além disso, o avanço dessa regulamentação contribui para o grande, relevante e importante crescimento educacional dos estudantes.

A Lei Federal nº 11.788/2008 — conhecida como Lei do Estágio — estabelece diretrizes obrigatórias para a realização de estágios em todo o território nacional, tornando essencial que os municípios mantenham sua legislação harmônica com tais dispositivos, especialmente no que se refere às condições pedagógicas, garantias legais, direitos dos estudantes e deveres das instituições concedentes.

A legislação municipal anterior, embora aprovada recentemente, necessita de ajustes em sua redação diante das novas demandas educacionais e administrativas, deixa de contemplar pontos fundamentais como: mecanismos de acompanhamento e avaliação, ampliação das áreas de atuação, adequação ao formato de estágio obrigatório e não obrigatório, critérios de seleção, além da necessária modernização dos parâmetros de concessão de bolsas, auxílios e carga horária. Dessa forma, torna-se indispensável sua revogação para que a nova regulamentação traga maior



Autenticar documento em <https://cmcc.splonline.com.br/autenticidade/>
com o identificador 310031003500370031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

segurança jurídica, transparência e eficiência ao processo de formação prática dos estudantes.

Com a implementação deste novo regime de estágio, o Município poderá:

- Promover a formação profissional qualificada, ampliando o acesso dos estudantes às experiências práticas que complementam seu aprendizado teórico.
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local, oferecendo oportunidades a jovens e adultos residentes, fortalecendo a mão de obra qualificada no município.
- Atender às necessidades da administração pública, que poderá contar com colaboradores em formação, sob supervisão adequada, auxiliando no desempenho das atividades administrativas e técnicas.
- Garantir o cumprimento das normas federais, evitando divergências legais e assegurando melhores condições aos estagiários.
- Estimular a permanência dos estudantes na educação formal, uma vez que o estágio é componente importante para a integração entre escola e mercado de trabalho.

Assim, a proposição ora apresentada visa não apenas modernizar e adequar o ordenamento jurídico municipal, mas também fortalecer as políticas públicas voltadas à educação, ao desenvolvimento humano e à inserção produtiva da juventude e demais estudantes.

Diante do exposto, considerando a relevância da matéria e seus reflexos positivos para o Município de Conceição do Castelo, submeto o presente Projeto de Lei à análise desta Casa Legislativa, esperando sua aprovação.


Na certeza de que esta solicitação será analisada com a atenção devida, ante a importância social e urbana da demanda, reitero meus agradecimentos e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.


ANDRÉA DE ANDRADE DALBÓ

Vereadora da Câmara Municipal de
Conceição do Castelo-ES.


MAYCON GLEIDSON SILVA DA CRUZ

Vereador da Câmara Municipal de
Conceição do Castelo-ES.


FRANCISCO SABLO BELISÁRIO

Vereador da Câmara Municipal de
Conceição do Castelo-ES.


SAULO MARETO

Vereador da Câmara Municipal de
Conceição do Castelo-ES.


SÉRGIO PAULO BATISTA DE SOUZA

Vereador da Câmara Municipal de
Conceição do Castelo-ES.



Autenticar documento em <https://cmcc.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310031003500370031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PROJETO DE LEI Nº 149/2025

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES, 10 (DEZ) VAGAS DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO A SEREM LOTADAS NOS SETORES TÉCNICOS DA PREFEITURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito da Administração Pública Municipal de Conceição do Castelo - ES, 10 (dez) vagas de estágio de pós-graduação, destinadas ao aperfeiçoamento dos estudantes e ao atendimento das demandas técnicas dos órgãos e setores municipais.

Art. 2º O estágio de que trata esta Lei será regido pela Lei Federal nº 11.788/2008, aplicando-se, no que couber, as normas municipais específicas sobre estágios e os limites máximos de quantitativo estabelecidos pela legislação federal.

Art. 3º As vagas previstas nesta Lei terão caráter remunerado, mediante pagamento de bolsa-auxílio no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), compatível com jornada de 30 (trinta) horas semanais, observado:

I – matrícula regular em curso de pós-graduação reconhecido pelo Ministério da Educação;

II – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e a área de formação do estudante;

III – contratação de seguro contra acidentes pessoais, a cargo do Município, quando aplicável;





CONCEIÇÃO DO CASTELO
PREFEITURA

Estado do Espírito Santo

Art. 4º Os estagiários serão lotados nos setores técnicos da Prefeitura Municipal, de acordo com a formação acadêmica, as demandas administrativas e a conveniência da Administração.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição do Castelo – ES, 09 de dezembro de 2025.


VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito Municipal

Processo: 10660/2025

Tipo: Projeto de Lei Executivo: 149/2025

Área do Processo: Legislativa

Data e Hora: 10/12/2025 14:04:59

Procedência: Valber de Vargas Ferreira - Prefeito Municipal

Assunto: Institui no âmbito do município de Conceição do Castelo-ES, 10 (dez) vagas de estágio de pós-graduação a serem lotadas nos setores técnicos da prefeitura, e dá outras providências.





JUSTIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 149/2025

Colenda Câmara,
Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir 10 (dez) vagas de estágio de pós-graduação, destinadas aos setores técnicos da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo – ES.

A medida busca fortalecer a capacidade técnica da Administração Municipal, ao mesmo tempo em que oportuniza aos estudantes de pós-graduação a aplicação prática de seus conhecimentos acadêmicos, conforme preceitua a Lei Federal nº 11.788/2008.

Com a criação dessas vagas, além de garantir experiência profissional qualificada aos estudantes, o Município contará com apoio especializado em áreas técnicas estratégicas, proporcionando maior eficiência e modernização dos serviços públicos.

Trata-se, portanto, de iniciativa que concilia **interesse público e formação educacional avançada**, motivo pelo qual solicito a aprovação desta proposta legislativa.

Atenciosamente,

Conceição do Castelo – ES, 09 de dezembro de 2025.


VALBER DE VARGAS FERREIRA

Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000)

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE
ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.

CONSIDERANDO que os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam os art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentário-financeira com a lei orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias,

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas da unidade gestora,

CONSIDERANDO projeto de lei que prevê a contratação de oito (08) estagiários de pós-graduação com salário mensal de R\$ 2.069,86 (dois mil, sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos), e a consequente exclusão da folha de pagamento de oito (08) estagiários de graduação com salário mensal de R\$ 1.518,00 (mil, quinhentos e dezoito reais) e de um (01) cargo de almoxarife com salário mensal de R\$ 1.862,56 (mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

O presente relatório de impacto visa atender ao disposto na Constituição Federal (Art. 169) e Lei Complementar nº 101/00 (Art's. 16 e 17), no que se refere à concessão de benefício e assunção de despesa de caráter continuado, respectivamente.

Segue memória de cálculo:

- 1) Pós-graduação (08 estagiários): $2.069,86 \times 12 \times 8 = \text{R\$ } 198.706,56$ (anual).
- 2) Graduação (08 estagiários): $1.518,00 \times 12 \times 8 = \text{R\$ } 145.728,00$ (anual).
- 3) Almoxarife (01): $\text{R\$ } 34.592,43$ (anual).

Cargo	Salário Mensal	Anual	13º	Férias	1/3 férias	8%	Total
Almoxarife (01)	R\$ 1.862,56	R\$ 22.350,72	R\$ 1.862,56	R\$ 1.862,56	R\$ 620,85	R\$ 2.135,74	R\$ 28.832,43
Total	R\$ 1.862,56	R\$ 22.350,72	R\$ 1.862,56	R\$ 1.862,56	R\$ 620,85	R\$ 2.135,82	R\$ 28.832,43
					Auxílio Alimentação		R\$ 4.680,00
					Ticket Feira		R\$ 1.080,00
					TOTAL		R\$ 34.592,43

***Valores calculados contados a partir de Janeiro de 2026.**



Autenticar documento em <https://cmcc.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310031003500370031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DIFERENÇA= 18.386,13

ESTIMATIVA DE GASTOS

Discriminativo	Exercício 2024	Exercício 2025	Exercício 2026	Origem dos Recursos
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00	0,00	R\$ 18.386,13	Recurso Próprio

A correta interpretação do Art.16 da Lei de Responsabilidade Fiscal está na expressão aumento de despesa disposta no seu caput – in verbis.

Art.16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento de despesa será acompanhada de:

I- estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes;

II- declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PLANO PLURIANUAL (X) Adequada () Inadequada	A Despesa objeto do presente estudo está compatível com o PPA.
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (X) Adequada () Inadequada	É compatível com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para exercício financeiro de 2025
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (X) Adequada () Inadequada	Existe Dotação Orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual para atender as despesas decorrentes nas seguintes rubricas: 3.3.90.36.00000 Fonte de Recursos: Recursos Próprio

Conceição do Castelo - ES, 09 de Dezembro de 2025.

TALITA CASAGRANDE LACHINI
Assinado digitalmente por TALITA CASAGRANDE LACHINI
DN: cn=TALITA CASAGRANDE LACHINI, o=ICP-Brasil, email=certificadomvconl@hotmail.com
Data: 2025.12.09 10:41:38 -03'00'
Talita Casagrande Lachini
Contador

VALBER DE VARGAS FERREIRA
Assinado digitalmente por VALBER DE VARGAS FERREIRA
DN: cn=VALBER DE VARGAS FERREIRA, o=ICP-Brasil, email=certificadomvconl@hotmail.com
Data: 2025.12.09 15:38:42 -03'00'
Valber de Vargas Ferreira
Prefeito Municipal



Autenticar documento em <https://cmcc.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310031003500370031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.